

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INTELECTUAL ATRAVÉS DE MOVIMENTOS EXTREMISTAS DE DIREITA: INTEGRALISMO LUSITANO E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Felipe Cazetta¹

Resumo: Os intelectuais possuem a dificuldade de caminharem para coesão de pensamento e organizarem-se em grupos, tais como um partido de intelectuais, em função da heterogeneidade de conceberem visões de mundo e propostas políticas. Por outro lado, os intelectuais políticos buscam a mobilização em prol de seus projetos. Deste modo, é objetivo apresentar análise da atuação política e ideológica do Integralismo Lusitano e da AIB, chefiados por intelectuais com características distintas, e partir destas perceber as projeções de Estado e sobre as demais camadas sociais.

Palavras-Chave: Intelectuais, extrema-direita, projeto político.

REFLECTIONS ON INTELLECTUAL HISTORY THROUGH RIGHT WING EXTREMIST MOVEMENTS: INTEGRALISMO LUSITANO AND AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Abstract: Intellectuals have the difficulty of moving towards cohesion of thought and organizing themselves into groups, such as a party of intellectuals, because of the heterogeneity of conceiving world views and political proposals. On the other hand, political intellectuals seek mobilization in favor of their projects. In this way, it is an objective to present an analysis of the political and ideological performance of Integralismo Lusitano and AIB, led by intellectuals with distinct characteristics, and from these to perceive the state projections and the other social strata.

Keywords: Intellectuals, Extreme right, Political project.

* O artigo é fruto de pesquisa independente.

¹ Felipe Cazetta é professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Estadual de Montes Claros, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Um retrospecto da História Intelectual

A História Intelectual tem sua reabilitação no último quartel do século XX, e encontra terreno estabilizado na historiografia. Porém, entre os anos 1930 e 1970 a história intelectual esteve associada a interpretação de estudo voltado à história dos “grandes homens”, das autoridades e do Estado, ou pela ênfase à história das elites. Em vista destes aspectos foi delegada ao tratamento de “objeto menor” para as pesquisas no intervalo supracitado.

Historiadores marxistas e os vinculados à Escola dos *Annales* possuíam seus motivos para distanciarem-se da História Intelectual como horizontes de investigação. Os marxistas, por um lado, engajaram-se na história do movimento operário e, com contribuição da *New Left Review*, na História Vista de Baixo, daqueles antes negligenciados. Neste sentido, estes historiadores, que já rejeitavam o segmento, afastaram-se com maior vigor das elites enquanto objeto de análise, e nestas esteve inserido o grupo dos intelectuais.

Por outro lado, os *Annales* foram mobilizados pelos novos paradigmas e técnicas de pesquisa, entre os quais as séries e as análises quantitativas (BURKE, 1992: 51) respaldados pelo grande volume de fontes, suas flutuações e variações, o que tornava pouco interessante a investigação de um grupo reduzido como o composto pelos intelectuais. Além disso, o descrédito nutrido pelos *Annales* à História Política afetou diretamente a abordagem dos intelectuais enquanto alvo de estudos, por flertar com a bibliografia aos moldes positivistas, e repudiada pela escola historiográfica fundada por Bloch e Febvre em 1929 (SIRINELLI. In. REMOND, 1996: 235).

Conforme apresentado por François Dosse (2007: 12), os paradigmas propostos pelo grupo dos *Annales* não forneciam acolhida às perspectivas de curta duração, ou às biografias aos moldes do historicismo ou do positivismo. Prestigiavam, por outro lado, as séries e a demografia. Portanto, a História Intelectual estava excluída das análises propostas por não estar contemplada entre os horizontes de um dos principais grupos de hegemonia nas correntes historiográficas. Dosse apresenta que tal marginalização sofrida pelos

“intelectuais” enquanto objeto de pesquisa estendeu-se até os anos 1970, quando historiadores que se vinculavam à periferia dos *Annales*, em termos de consonância de trabalhos, começaram a produzir pesquisas relevantes de forma considerável, organizarem obras, e comporem, desta forma núcleos de produção independente.

Não se deve confundir, no entanto, a História Intelectual com a História das Ideias, essa última, esteve contemplada pelas opções de exames dos herdeiros de Febvre e Bloch. Roger Chartier apresenta que alguns historiadores entendem a História Intelectual conectada em certa medida à história das Ideias, como é o caso de Robert Darnton, através da história social das ideias (CHARTIER, 2002: 30). Por outro lado, outros pesquisadores investem na delimitação de fronteiras específicas entre as duas frentes de pesquisa.

Este é o caso de Helenice Rodrigues da Silva (1996: 46) ao estabelecer as distinções por entender como “crônica das Ideias e a justaposição cronológica de resumos e textos políticos e/ou filosóficos” a definição ou área de desenvolvimento da História das Ideias. Por outro lado, as análises que se inclinam sobre os intelectuais esforçam-se por investigar os espaços de sociabilidade, as redes formadas, suas práticas e regras que legitimem os reconhecimentos respectivos, assim como as características do momento histórico quais estiveram inseridos e atuantes, fomentando projetos.

Em certa medida, ao compreender os intelectuais vinculados à prática social, Rodrigues Silva afasta a crítica sofrida nos primórdios dos *Annales*, que atacava a História Intelectual e as análises que interpretavam as ideias e pensamentos como sistemas desvinculados das práticas social (CHARTIER, 2002: 35). Por dialogar com novos conceitos, tais como *geração* (cf.: DOSSE, 2007, p. 4), é possível de estabelecer exames de média e longa duração dos espaços e redes sociais estabelecidos por grupos intelectuais, assim como a *cultura política* (cf. BERSTEIN. In. RIOUX & SIRINELLI, 1998; MOTTA, 2009) que os vincula em torno de determinados códigos, práticas, projetos e valores.

No campo político, os intelectuais assumiram posições de engajamentos, principalmente no pós-1945², seja pelas campanhas simpáticas à emancipação dos

² Não se ignora a atuação dos “profissionais das letras” e suas posições entre os fins do século XIX e início do XX, com criação de ligas políticas de apoio e contrárias ao militar Alfred Dreyfus acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas, de vender segredos de guerra para a Alemanha. Mais tarde, descoberta a fraude nas acusações, houve a divisão da opinião pública entre os pró-Dreyfus, reivindicando o julgamento justo; e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Acima de tudo, o caso Dreyfus é reconhecidamente o gerador do intelectual

territórios coloniais, seja pela ampliação de direitos sociais, liberação sexual, entre outros aspectos. Houve a inserção da atuação de parcela relevante de professores universitários, jornalistas entre outros setores, através de militância e engajamento político em causas importantes para grupos sociais e coletividade mais ampla.

Deste modo, ocuparam função que não poderia ser ignorada pelas análises voltadas às ciências humanas, entre estas a História. Com tal reconfiguração da posição do intelectual depois da II Guerra Mundial, saindo do campo aristocrático e por adotar o engajamento político de contorno mais visíveis e inclinação às causas sociais, progressivamente recuperou-se o interesse em investiga-lo enquanto objeto de pesquisa, porém com outras abordagens, distintas das análises positivistas. No entanto, a consolidação da História Intelectual se fez apenas na década de 1970, seja pelo peso ideológico do Maio de 1968, seja pelos traumas em círculos de pensadores socialistas provocados pela “desestalinização” promovida, na década anterior, por Krushev.

Os acontecimentos dos finais dos anos 1960 foram importantes para os campos metodológicos da história por contribuir para a ampliação das perspectivas de pesquisa, assim como para a elaboração de autocrítica sobre as formas e interesses de pesquisas. Deste modo, as microestruturas e campos de poder outros, externos àqueles inseridos nas concepções político-institucionais ou econômicas, ganharam maior espaço. Tais mudanças beneficiaram estudos sobre gêneros, grupos marginalizados (loucos, homossexuais, mulheres), mas também os intelectuais como objeto de pesquisa.

Todavia, não se deve desprezar a existência de trabalhos anteriores, com diferentes perspectivas, acerca dos intelectuais, que foram revisitados após a revitalização do objetos de pesquisa: são exemplos os exames de Mannheim e Gramsci. Em *Ideologia y Utopia* Karl Mannheim, ainda nos anos 1920, lançou luz sobre a complexidade de se delinear a atividade intelectual e sua proveniência. Nesta obra o autor alemão expunha que parte dos intelectuais tinha origem nas chamadas profissões liberais ou retiravam sua manutenção das rendas herdadas. Porém, apresentam a especificidade de não se alinharem de modo definitivo a uma classe, tal como os grupos que participavam diretamente do processo econômico e profissional (MANNHEIM, Karl, 1987: 137).

contemporâneo, e utilizado como marco divisor para os estudiosos da História Intelectual. (Cf.: CHARLE, 2003).

Embora Mannheim identificasse a origem de parcela dos intelectuais em classes abastadas, o autor afirmava que o grupo não mantinha fidelidade ou alinhamento fixo a uma ideologia de classe definida, diante da heterogeneidade de sua composição e posicionamentos políticos. Tal aspecto foi confirmado por estudos posteriores, como o de Christophe Charle ao afirmar: “The intellectuals, (...), most commonly reject being assimilated to a social group, see themselves as different from other elites, sometimes even to the point of claiming to be only genuine elite; (...)” (CHARLE, 2004: 4). Esta característica apontada inviabiliza por um lado a formação de um partido político institucional dotado de coesão interna e composto em sua base por intelectuais, mas por outro lado, dificulta - mas não impede - o desenvolvimento de posições intolerantes e autoritárias, em virtude do contato com a diversidade de opiniões, de posições e de pensamentos e de se vincularem com dificuldade à determinada classe ou grupo social rigidamente.

Todavia, não se deve ignorar a participação dos intelectuais como elementos representantes das elites dirigentes, entre as quais de direita e centralizadora, articulados no intuito de estabelecer teorias para atos políticos tradicionalmente praticados. De certo modo, é como se dispuseram alguns grupos de pensadores políticos, na América Latina de modo geral, e no Brasil, especificamente. Daniel Pecault (1990: 66) analisa tal posicionamento uma tentativa de lançarem-se como elites à margem das elites oligárquicas tradicionais. Seguindo a condenação ao liberalismo e adotando, posteriormente o anticomunismo com alvo de combate os integralistas no Brasil correspondem a estes exames.

O contato intelectual entre europeus e latino-americanos, por sua vez é objeto em vias de consolidação no campo historiográfico, conforme sublinha Olivier Compagnon (2009: 289), quando se propõe a análise das apropriações dos escritos de Charles Maurras, referência intelectual para a Ação Francesa. Tal foi o caso de Tristão de Athayde, ao tomar conhecimento das teorias da *Action Française*. Amoroso Lima³, em excursão de estudos à França, estabeleceu contato com o grupo de Charles Maurras, pelas conferências de León

³ Amoroso Lima assumiu o Centro D. Vital em 1928, após a morte de Jackson Figueiredo. O Centro D. Vital foi importante polarizador da intelectualidade católica no Brasil nos anos 1920 e 1930. Cf. MOURA, 2010.

Daudet em Paris. Athayde, ou Alceu de Amoroso Lima forneceu influência do catolicismo autoritário à Ação Integralista Brasileira a partir do Centro D. Vital.

Anterior ao contato de Athayde com Daudet, Arnaldo Saraiva oferece importante inventário de relações entre intelectuais portugueses e brasileiros, com ênfase aos modernistas. Apesar de seu destaque, é possível encontrar conexões entre integralistas lusitanos e futuros membros ou simpatizantes do homônimo brasileiro: “Curiosamente é bem provável que um português, o integralista Luís de Almeida Braga, tenha contribuído para estimular o nativismo dos modernistas (alguns deles futuros integralistas) de São Paulo, onde e fez uma conferência em 1921 (...)” (SARAIVA, 2004: 83).⁴

O Integralismo Lusitano, ao contrário do modelo de intelectual político apresentado por Pecault (1990) no Brasil do anos 1920-40, buscou a articulação de grupos que estiveram no poder e foram retirados em virtude da Proclamação da república. O grupo formador do Integralismo Lusitano foi composto por colegas da Universidade de Coimbra, que inicialmente nutriam em comum a sensação de declínio português trazido com a adoção do liberalismo, monárquico constitucional, e posteriormente republicano. Assim, os integralistas, no início do século XX possuíam como eixo de sociabilidade a universidade, e polo de coesão no elitismo intelectual, sem definição nítida dos contornos políticos partilhados. Porém, nos primeiros anos da década de 1910, migraram definitivamente ao monarquismo orgânico, engajados na derrubada da República recém instaurada, para a vigência do rei investido de centralização política, mas descentralização administrativa. Embora não se organizassem sobre a plataforma partidária, compuseram grupo mobilizado e de partilha de projetos comuns. Deste modo, ainda que Mannheim sublinhe a dificuldade dos intelectuais organizarem-se sobre agremiação partidária, não se rejeita a capacidade de partilha de valores comuns, e formação de pensamentos e correntes políticas comuns, mesmo que os intelectuais não possam ser tratados como grupo coeso e homogêneo.

Ainda que se considere a divergência de posicionamentos ideológicos entre os autores, Gramsci concorda com Mannheim em relação à pluralidade dos grupos de intelectuais. Porém o pensador italiano altera a concepção antes restrita às elites, acerca do “intelectual”. Para Gramsci todo o homem fora de sua profissão desenvolve atividade

⁴ Felipe Cazetta (2016) apresenta oposição a tal interpretação do papel de Almeida Braga como colaborador para o nativismo modernista, em função da fria recepção oferecida pela imprensa brasileira à sua conferência.

intelectual, por elaborar reflexão e entendimento do mundo que experimenta (GRAMSCI, 1982: 7). No entanto, inseridos em relações profissionais, há a divisão sócio econômica entre aqueles investidos de suas capacidades e outros restritos a funções de uso muscular-nervoso, conforme destaca Gramsci neste trecho: “Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente á imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso” (GRAMSCI, 1982: 7).

Por serem abordados como categoria social e econômica e estes elementos serem fundamentalmente influenciados pelas relações históricas construídas pelos homens, Gramsci salienta a divisão dos “intelectuais” em dois grupos:

- Os *intelectuais tradicionais*, representantes de um período de relações sociais e econômicas em processo de deterioração, e por estarem vinculados a este, se veem como “representantes de uma continuidade histórica não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações sociais e políticas” (GRAMSCI, 1982: 5). Estes intelectuais, segundo Gramsci, são um dos obstáculos impostos pelas relações de produção e sociais em vias de serem superadas, portanto, consideram-se autônomos dos grupos sociais dominantes, dos quais não pertencem mais.
- Por outro lado, Gramsci analisa ser o *intelectual orgânico* formador e formado pelo mundo da produção econômica em germen. Deste modo, os intelectuais surgidos neste contexto fornecem homogeneidade e consciência de sua função nos campos econômico, político e social (GRAMSCI, 1982: 3).

Assim, entendemos os integralistas lusitanos enquanto intelectuais tradicionais, porém com relação aos membros da AIB, não temos tanta facilidade, em virtude de buscarem ruptura com as elites oligárquicas, ainda que se projetassem como movimento de massas médio classista. Diante deste panorama, para Gramsci, ambos intelectuais (tradicional e orgânico) encontram seu ponto de coesão em instituições como a escola e os partidos políticos, embora o de tipo orgânico seja representante de determinado grupo social, em posição expoente. Logo, Gramsci entende estes indivíduos e grupos como

portadores de capacidade de manutenção ou transformação não apenas política, econômica e social, mas em terreno filosófico, igualmente.

Deste modo, Gramsci rompe com a definição de intelectual vinculado aos salões e ambientes aristocráticos, para observar mesmo nas classes economicamente subalternas representantes e interpretes do pensamento e das concepções de classe. Aspecto digno de destaque, sustentado pelo pensador italiano, é a análise de que todo ser humano é imbuído de intelectualidade, no entanto, sua função profissional restringe este desempenho e seu desenvolvimento. Assim, o exercício intelectual assume contornos de luta de classes.

Em virtude da heterogeneidade na composição interna do grupo de intelectuais, e das variadas influências que sofrem, não se vinculam com rigidez a laços de classes, entre estes as que originariamente pertenciam. Assim, segundo Mannheim, os intelectuais tem a capacidade de maior trânsito entre concepções políticas, culturais, identitárias, por não estarem presos aos entraves e imperativos comuns às classes profissionais, e econômicas, isto possibilitaria maior amplitude nas formas de análise e construção das interpretações do mundo que os cercam. Neste sentido: “Un grupo cuya posición de clase está mas o menos definida, tiene un concepto político decidido respecto a ella. Cuando esto no ocurre como es el caso con los intelectuales, existe una zona más amplia de elección y una necesidad correspondiente de orientación y síntesis total” (MANNHEIM, Karl, 1987: 142).

Diante desta flexibilidade política mantida como característica, os intelectuais tem dificuldade em constituir um partido coeso e, com exceções que veremos à frente, nutrem restrições em estabelecer contato e liderança de movimentos de grande mobilização popular. Tais obstáculos em coordenarem movimentos de classe são desenvolvidos pela suspeita dos grupos representados, quando consideram esta zona mais ampla de adesão política apresentada como característica dos intelectuais.

Em síntese, portanto, a categoria *intelectual* possui definições pouco sólidas, referindo-se tanto ao trabalho socialmente reconhecido como tal, segundo Gramsci, quanto, grupos, em grande medida, derivados de profissões liberais, mas que não se definem enquanto classe, como visto em Mannheim. Neste sentido, Sirinelli contribui para o debate ao buscar inserir *intelectual* em duas definições: os mediadores culturais, tais como jornalistas, escritores e professores, de acordo com o próprio pesquisador; e aqueles que se

inserem politicamente em cenário institucional ou não, através do engajamento. (SIRINELLI. In. REMOND, 1996: 242). De forma complementar, François Dosse destaca a importância dos intelectuais ao assumirem papel político na esfera pública, ao abandonar momentaneamente seus domínios de competência erudita, sendo assim reconhecidos pela comunidade (DOSSE, 2007: 66-67). É sobre esta última definição que a pesquisa tem como proposta debruçar-se, no intuito de mapear as formas de atuação e projetos dos intelectuais políticos e seus projetos, expressos através de manifestos, revistas e demais publicações.

As propostas dos intelectuais na política se materializavam de maneiras diversas, através de livros, revistas, discurso. Suas práticas não se faziam apenas, nem majoritariamente nas ruas pela mobilização popular. Seus escritos sistematizavam as propostas e concepções políticas, tais como as configurações de Estado que buscavam, conforme será visto.

Visto que os intelectuais têm como principal ferramenta a escrita, o objeto de pesquisa conta com abundante índice de fontes, distribuídas entre periódicos, correspondências, obras literárias. Neste sentido, Sirinelli adverte: “Quem trabalha com a história dos intelectuais é ameaçado pela síndrome do mineiro (...)” (SIRINELLI. In. REMOND, 1996: 244). Em outros termos, no esforço de aprofundar estudos e levantar fontes, sem grande definição ou delimitação da proposta, corre-se o risco de ser “soterrado” pelo montante de informações conseguidas.

As lideranças do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira em seus projetos de Estado

Diante da apresentação acerca dos intelectuais enquanto objeto de estudo, as análises contidas na introdução do artigo migrarão para a atuação de tais grupos em assuntos políticos, com destaque às lideranças do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira, movimentos que se desenvolveram e deixaram de existir legalmente entre os anos 1910 e finais de 1930, respectivamente, em Portugal e Brasil.

Tais vínculos estão em voga em pesquisas historiográficas, entre as quais destaco a investigação de João Fábio Bertonha (2011) e sua afirmação de que: “Qualquer estudo

sobre a relação do integralismo com o mundo, contudo, só se pode tornar completo se incluir a Península Ibérica” (BERTONHA, 2011: 66). Neste exame, Bertonha percorre as relações entre Plínio Salgado com o integralismo lusitano, o Nacional Sindicalismo, a ditadura de Salazar e as relações do chefe da AIB com o fascismo italiano. Modestamente, proponho estabelecer contribuição das relações entre projetos políticos e intercâmbio intelectual dos integralistas de Portugal e Brasil sem, no entanto, negar as demais influências teóricas e estéticas recebidas e apropriadas pela AIB.

Lewis Coser afirma a relação pouco estável entre os intelectuais e os homens do poder, em função dos primeiros tratarem com desdém as preocupações práticas dos homens de política e seus objetivos de lidarem com problemas cotidianos e decisões ordinárias. Em via oposta, os detentores do poder veem nos intelectuais a ausência de realismo e o baixo pragmatismo. Deste modo, a inserção dos intelectuais na política ocorre de maneira instável (COSER, 1980: 145).

Diante destes aspectos, Coser entende a entrada definitiva dos intelectuais nos espaços de disputa pelo poder, apenas em períodos de conturbação, quando a política foge de seu padrão rotineiro. Percebida a sinalização do colapso, há a oportunidade dos intelectuais de lançarem como revolucionários à conquista, legitimadores do modelo em crise, ou o qual se deseja restaurar (COSER, 1980: 147).

Conforme dito, serão examinados os projetos e concepções formadas e/ou mantidas no interior do Integralismo Lusitano (IL), de surgimento e ápice entre os anos 1910 e 1920 em Portugal, e a Ação Integralista Brasileira (AIB) que vigorou legalmente entre os anos de 1932 e 1937. Em vista das instabilidades passadas por Portugal na primeira década do século XX, com a deposição monárquica, instauração do modelo republicano, o IL viu terreno propício para de desenvolvimento, através da participação em algumas tentativas de golpe, até atingir seu encerramento em 1926.

No Brasil, ainda que em contexto político distinto, a AIB desenvolve-se para oferecer alternativas ao capitalismo liberal, à democracia e às ideologias de esquerda, genericamente denominadas por comunistas. O quadro político demonstrou-se diferente, pois se em Portugal o IL desempenhou suas atividades durante vigência republicana e democrática, a AIB, se constituiu, em alguns momentos rivalizando, com o governo de

Getúlio Vargas. Mesmo sob regime centralizador e por vezes autoritário (Governo Provisório e Estado Novo), os dirigentes da AIB conseguiram articular conjunto de concepções e projetos de Estado corporativo e fazê-lo circular através de livros, revistas e vasta rede de jornais dispostos por todo o país.

Ainda que se constituísse movimento de massa, a AIB possuía interesse em demonstrar-se igualmente como movimento de criação de uma nova “cultura” nacional. Plínio Salgado traçava como projeto “Um dos grandes planos, pois que temos a executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o da elevação do nível cultural das massas” (SALGADO, 1955: 149).

Sob a compreensão dos integralistas, “cultura” estaria ligada ao “conhecimento”. Assim seria possível “transmiti-la” através da alfabetização. Ao se realizar a “elevação cultural”, com o ensino da leitura a crianças e adultos, o aprendizado seria realizado através de cartilhas e textos integralistas. As escolas mantidas pelos integralistas, oferecidas gratuitamente, eram voltadas principalmente aos pobres ou aos menos favorecidos, segundo Cavallari (1990: 73). Não se deve desprezar os usos políticos estratégicos, de coerção intelectual utilizados através da formação e alfabetização, desenvolvida pelos integralistas chefiados por Plínio Salgado.

Embora a AIB tenha adquirido grande projeção em relação a sua militância e amplitude nacional, principalmente em um país de proporções continentais, não foi o único, tampouco o primeiro movimento a assumir a nomenclatura e projeto integralista, conforme pode ser constatado com o exemplo português, e antes no final do século XIX com as propostas ensejadas na Encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. A definição de *integralismo*, segundo Emile Poulat, aponta seu delineamento nítido enquanto conceito, a partir da segunda metade do século XIX. Como doutrina, o integralismo é permeado pela fundamentação cristã em suas formas de conceber o “(...) sistema de vida e pensamento aplicável a todas as necessidades da sociedade moderna, (...)” (POULAT. In. BOBBIO, MATTEUCCI, & PASQUINO, 1999: 635).

Segundo o autor, as correntes integralistas surgiram em resposta ao avanço do liberalismo e à ameaça socialista, com o objetivo de proteger a Igreja e fazer oposição ao materialismo. Portanto, em suas bases assumiu o reacionarismo como forma de atuação. Portanto, o integralismo entendido como doutrina não esteve restrito ao Brasil, visto que

seus alvos de combate, ou seja, o materialismo e o enfraquecimento das concepções morais e espirituais cristãs em detrimento da ascensão do iluminismo e da ciência, não estiveram restritos a apenas um país.

Logo, podemos situar em Portugal, entre os anos 1913 e 1914 a emergência de um movimento que assumia a denominação “Integralista”, como forma de coesão de concepções doutrinárias e projetos políticos. Tal como apontado por Coser (1980: 147) foi necessário o contexto político de desestruturação e crise para que os formadores do movimento se estruturassem em luta pelo poder.

Em Portugal houve cenário de contestação ao modelo liberal – encontrado na monarquia constitucional -, e a sensação de erosão das bases da identidade nacional. Esta crise passada por Portugal acentuou-se com o *Ultimatum* britânico nos finais do século XIX. Em vista das suas pretensões imperialistas se confrontarem com os interesses da Coroa inglesa na África houve a exigência, por parte do Lord Salisbury, primeiro ministro inglês, de retirada das tropas portuguesas da região meridional do continente. Considerando os laços históricos de aliança entre os dois países, o rei Carlos I acatou as ordens britânicas (VRBATA, 2006: 29).

Este incidente diplomático abalou as ambições portuguesas acerca do *Mapa cor-de-rosa*. O projeto do *Mapa cor-de-rosa* era nutrido pelos anseios militares e mercantis de Portugal em relação aos territórios situados no centro-sul africano. No intuito de alcançar as costas Leste e Oeste da África, formando um cinturão com as possessões territoriais adquiridas, a metrópole portuguesa buscava acesso aos oceanos Atlântico e Índico. No entanto, tais aspirações se chocavam com os anseios imperialistas ingleses, mote gerador do *Ultimatum* britânico.

A crise política interna, associada às dificuldades econômicas percebidas na última década do século XIX em Portugal, proporcionou a inserção de novos elementos no cenário político. Esta abertura das esferas decisórias do Poder se deu como desdobramento das críticas ao modelo monárquico-constitucional. Pressões afetavam o Trono, vindas tanto dos grupos que reivindicavam o modelo de monarquia anterior à Revolução do Porto, quanto os que demandavam a abolição da Coroa e criação da República.

Estas instabilidades repercutiram, na primeira década do século XX, no ambiente acadêmico da Universidade de Coimbra. Divisões políticas entre grupos estudantis predominavam no interior da instituição. Conforme citado por António Costa Pinto: “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910” (PINTO, 1983: 1412).

Como reflexo dos sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana tomou espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como consequência a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Em reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), sob o objetivo de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra. Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (...) António Sardinha” (PINTO, 1983: 1412). Portanto, observam-se dois dos responsáveis pela construção da doutrina integralista, ocorrida entre os anos de 1913 e 1914, em trincheiras ideológicas opostas durante suas trajetórias acadêmicas, anos antes da formação do movimento. Outro vetor de dissonância quanto às simpatias políticas é observado por Manuel Braga da Cruz: “António Sardinha, [era] republicano e anarco-sindicalista de simpatia ideológica (pôs gravata vermelha depois do regicídio de 1908), mas elitista e aristocrata de comportamento, viria a converter-se ao catolicismo e à Monarquia em 1912. João do Amaral, (...), trocará também o credo republicano pelo integralista. O mesmo se passará com Alfredo Pimenta” (CRUZ, 1983: 138).

O elitismo, portanto, se colocava a frente das posições políticas ou das convicções ideológicas. Este aspecto fez que os futuros integralistas se juntassem em primeiro momento, não a partir da identidade partidária, mas pelas posturas aristocráticas. Deste modo, os colegas de Coimbra voltaram atenção ao nacionalismo, porém, detendo-se aos aspectos culturais e da inteligência nacional. Logo, tratavam com indiferença ou desprezo, os assuntos parlamentares.

O engajamento político, diante destes contrastes, não era visto como elemento de coesão em relação ao contato estabelecido entre os futuros membros do movimento.

Tampouco poderia ser apontada como agregador a questão financeira, embora o IL fosse um movimento elitista e de aversão às camadas populares. Ainda que Costa Pinto afirme ser a base social do IL financeiramente mais próspera em comparação ao restante dos alunos de Coimbra, o autor defende que esta “(...) não era por si só grande elemento de distinção.” Por outro lado, António Costa Pinto pontua que, sobrepujando o elitismo financeiro, o “elitismo de afirmação intelectual” (PINTO, 1994: 26) era um dos aspectos definidores do grupo a ser formado.

A transição de regimes políticos da monarquia para a república, acompanhado de conflitos civis no caso de Portugal, intensificou a insatisfação com o liberalismo por alguns dos futuros membros do movimento português, ou fez que se inclinassem à causa monárquica posteriormente, conforme foi o caso do principal mentor do Integralismo Lusitano, António Sardinha. Porém, os integralistas distinguiam-se da maior parte dos monarquistas por volverem críticas não apenas ao republicanismo, mas a todo suporte liberal-constitucionalista, abrangendo em seus ataques a monarquia pós-1820. Portanto, no projeto político do IL, em sua primeira geração, a derrubada da República seria um *meio* para retirar Portugal da crise, sendo a Monarquia orgânica o *fim* a ser alcançado.

No Brasil, a AIB encontrou terreno fértil, segundo Gilberto Calil, devido instabilidade social e política das décadas de 1920 e 1930. A ausência de definição ideológica do governo Vargas apenas acentuou o cenário de insegurança, contribuindo para a afiliação ou simpatia de setores médios ao movimento chefiado por Plínio Salgado (CALIL, 2003: 46). Conjugado à instabilidade interna havia, na Europa, a ascensão de movimentos ou regimes firmados sobre o nacionalismo exacerbado como alternativa ao socialismo. Estes movimentos de extrema-direita cresciam diante das crises econômica e política, fato que não deixou de representar influência e identificação entre os aderentes à AIB.

Deste modo, percebe-se a primeira diferença entre o IL e a AIB. Embora o movimento integralista brasileiro visasse o combate ao liberalismo e ao socialismo, tal como seu homônimo lusitano, e estivesse em suas bases o espiritualismo cristão, ainda que não se convertesse em movimento confessional, a AIB adotou a República como regime escolhido para seu projeto de Estado, fato que repercutiu internamente na coesão do

movimento. Embora possuísse rigidez hierárquica na estruturação corporativa, tanto do movimento quanto do modelo de Estado, a AIB optou pela organização de movimento de massas, enquanto uma das marcas definidoras dos integralistas lusitanos foi o elitismo intelectual que esprou para as propostas políticas de hereditariedade no poder e prestígio de uma aristocracia dirigente.

O IL por sua vez buscava a monarquia orgânica, de centralização política, mas descentralizada administrativamente (SARDINHA, 1923: 108). Além deste aspecto, em virtude da composição aristocrática do movimento português, António Costa Pinto pontua que os integralistas lusitanos, sobrepujando o elitismo financeiro, possuíam como definidor do grupo “elitismo de afirmação intelectual” (PINTO, 1994: 26). Tal fato os levou à rejeição à mobilização das camadas populares, em mesma intensidade ocorrida com a AIB. Considerada esta breve apresentação, é possível compreender alguns elementos dos movimentos através do discurso de suas lideranças, salvaguardados os devidos limites impostos pelos conflitos internos por disputa de poder.

Conforme dito, um dos aspectos que destaca as distinções entre o IL e a AIB é a permeabilidade do núcleo doutrinário dos respectivos movimentos, com as camadas populares. Sardinha repudiava a Revolução Francesa pela promoção feita por esta das concepções liberais, pela quebra do poder eclesiástico e pela ruptura à organização nobiliárquica, ao fornecer acesso ao poder a indivíduos externos à nobreza. Deste modo, afirmava não haver “nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado” (SARDINHA, 1978: 128).

O aristocratismo e a necessidade de recuperar o acesso ao poder perdido pela nobreza eram constantes nas obras de António Sardinha. O líder do IL acreditava que por vínculos de hereditariedade os elementos aristocráticos possuíam pela experiência maior autoridade de ocupar postos nas esferas decisórias. Por entenderem o sistema sufragista como subversão da lógica hierárquica política e social, nutriam a crença de que através da abolição do sistema hereditário e nobiliárquico de organização institucional, as bases de governo estariam corroídas.

Se Sardinha nutriu aversão ao conceito de democracia, Plínio Salgado realizou alterações em sua definição, para que não entrasse em contradição com as bases

centralizadoras e autoritárias do projeto político da AIB. Plínio Salgado acreditava que a essência da nacionalidade brasileira estaria situada no período colonial, denominando este de “democracia colonial”, porém, sua definição fugia das fronteiras políticas. Neste ideário sustentado por Salgado, não existiriam restrições *sociais* entre nobres e plebeus. Nesta realidade, a municipalidade exerceria a autoridade, embora as fronteiras “nacionais” não se diluíssem na luta entre partidos oligárquicos, tal como ocorria, segundo Plínio Salgado, no contexto das primeiras décadas do século XX.

Não se verificava na Colônia, nenhum sentimento de exclusivismo de casta, nenhum orgulho de origem. Misturavam-se nobres e plebeus porque todos se uniam para a grande aventura da América. O caráter absorvente da autoridade local, que se alteava quase discricionária, escapando a vigilância dos capitães-generais e dos governadores-gerais, não era um índice antidemocrático. Pelo contrário, era um individualismo exacerbado, que se era o espírito que iria dominar mais tarde o século XVIII e XIX” (SALGADO, 1955a: 147-148).

Em busca de um movimento coeso e de amplitude nacional Salgado estabelecia narrativa histórica que obscurecia qualquer conflito ao longo da construção e manutenção da integridade do território brasileiro. Logo, estabelecia a “democracia”, já durante a colônia. Porém, sua definição não se avizinhava de critérios políticos, para preservar sua posição de chefia incontestável. Embora buscasse a “mobilização de massas”, o líder da AIB mantinha a hierarquia e a separação entre os doutrinadores do movimento e suas bases de sustentação.

Ao compor as fileiras da AIB havia o interesse que o militante integralista tornasse-se caixa de percussão da doutrina do movimento. Tais concepções eram apresentadas, antes mesmos da organização dos integralistas no Brasil. Entre 1931-1932, por exemplo, Plínio Salgado sustentava a perspectiva na qual o analfabeto era visto como “a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas”⁵.

Os usos políticos da situação de fragilidade do militante analfabeto foram confirmados ao longo da vigência legal da AIB, com ênfase nos anos eleitorais de 1935 e

⁵ “O analfabetismo seria até um elemento positivo porque representaria a massa bruta facilmente dirigida pelas elites cultas. O nosso grande mal é o semi-analfabetismo, essa massa de homens incapazes de raciocinar, avessos à leitura, (...), opinadores superficiais em tôdas as oportunidades, vaidosos e ociosos, de gravata e colarinho, enxameando as cidades, parasitariamente” (SALGADO, 1955: 145).

1937. Nas palavras de Rosa Maria Cavalari, “Embora se afirmasse que *a obra cultural do integralismo era sem a cor política*, pode-se perceber, claramente, que, à medida que as crianças aprendiam a ler e escrever, aprendiam também a doutrina integralista: (...)” (CAVALARI, 1990: 73).

O que se evidencia em ambos os movimentos, portanto, são projetos de redefinição política de forma estrutural, nos países de atuação do IL e da AIB. Tais propostas conseguiriam projeção em virtude da instabilidade interna no cenário político de Portugal e Brasil. Deste modo, as análises de Lewis Coser acerca da inserção dos intelectuais ao poder, e da mobilização destes aos cargos de liderança política em momentos de instabilidade e fuga da regularidade institucional, podem ser aplicadas sem prejudicar seus exames do sociólogo, ao inseri-los em interação com os casos dos movimentos em questão.

Os projetos políticos defendidos, salvaguardadas as especificidades, consistiam na suspensão do modelo liberal, para a aplicação do Estado corporativo e centralizador, com posições autoritárias, com restrição às esferas decisórias, ainda que a AIB fosse um movimento de massas. Isso fica patente diante da estrutura corporativa e sua composição por escalonamentos de representatividade. O mentor doutrinário do integralismo brasileiro que com maior clareza expos este aspecto foi Miguel Reale, secretário de doutrina da AIB. Em relação à base corporativa, Reale, aproximava-se do movimento português, ao organizá-la sobre as municipalidades. Assim, o sindicato torna-se pessoa de direito público, ligada ao Estado, “Ao mesmo tempo, a corporação passa a ser órgão institucional do Estado, tanto como o município e a província” (REALE, 1983: 154).

Isso por Sardinha apresentar para o IL modelo de centralização política, mas descentralização administrativa, através do modelo municipalista. Portanto, a organização social do IL era oposta à percebida no modelo liberal, onde o poder decisório fixava-se no voto individual, aplicado pelo sufrágio no intuito de selecionar os representantes populares. Deste modo, Sardinha lançava as bases do Estado idealizado pelo IL, ou seja: “Nuevo Estado en la pátria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo” (SARDINHA, 1930: 323).

Caminhando para a conclusão, portanto, percebe-se que o projeto corporativo esteve presente na configuração de ambos movimentos, o que determinou a estruturação de um Estado forte e centralizado, declaradamente autoritário. Embora alguns membros do IL integrassem o governo, ao ocuparem cadeiras legislativas em Portugal, através de eleições promovidas no curto governo de Sidónio Pais, os projetos integralistas, portugueses e brasileiros tinham como motor a suspensão do Estado liberal, para assim instaurar os projetos corporativos respectivos aos movimentos.

As ações de estruturação, organização, e algumas iniciativas golpistas sustentadas, ocorreram somente diante do cálculo realizados por estes personagens, da debilidade institucional e da possibilidade do Estado sucumbir diante da investida dos integralismos, cada qual ao seu modo. Embora estas ações de confirmassem frustradas, ocorreram somente em momentos de indefinição ou fragilidade do poder.

Conforme visto, a perspectiva de “movimento de massas” não forneceu oposição à AIB erigir projeto onde as camadas populares estivessem à margem das instâncias de decisão, porém constituíssem o suporte para o movimento. Por ensejar reconstituição das estruturas nobiliárquicas da monarquia orgânica, o IL por sua vez rejeitava firmemente o contato com os círculos sociais externos à aristocracia. Deste modo, embora constituídos por intelectuais, e sejam movimentos de extrema direita, IL e AIB organizaram-se de forma distinta, mesmo que possuíssem pontos de contato teóricos e ideológicos. Deste modo, chama-se a atenção para a heterogeneidade e a diversidade que vigora entre os intelectuais.

Considerações finais

Conforme se buscou ressaltar na primeira parte do artigo, os intelectuais não constituem grupo coeso, mesmo diante da pouca expressão numérica que assumem. Estas distinções e frações se fazem por multiplicidade de fatores, incidentes desde o círculo de sociabilidade estabelecido, até as experiências, trajetórias e mentores intelectuais.

Estes fatores são determinantes para as formas de atuação dos intelectuais em relação à política e às formas de inserção no poder. Coser analisa esta relação ao

estabelecer tipologias sobre esta perspectiva. Norberto Bobbio sintetiza tais tipologias da seguinte forma:

- a) os próprios intelectuais, situação rara da qual os jacobinos e bolcheviques seriam exemplos históricos significativos;
- b) os intelectuais procuram influir sobre o poder estando fora dele, como fizeram os fabianos na Inglaterra, ou os *brain trust* de Roosevelt nos Estados Unidos;
- c) os intelectuais não se propõem nenhuma outra tarefa que não a de legitimar o poder, como os *idéologues* com respeito a Napoleão ou, para dar exemplos próximos a nós, todos aqueles que nos regimes totalitários contribuem com escritos e discursos para a chamada fábrica do consenso;
- d) os intelectuais combatem permanentemente o poder, são por vocação (...) os críticos do poder, sendo um exemplo histórico relevante, na Rússia, tanto os intelectuais radicais do século XIX como os chamados intelectuais do “dissenso” de hoje (BOBBIO, 1997: 112-113).

Dentro desta complexidade, percebe-se que os movimentos analisados nunca estiveram definitivamente no poder, sendo descartada a primeira definição. Por outro lado, o IL no breve governo de Sidónio Paes (1917-18), e a AIB com o vazamento do Plano Cohen e interdição do Governo Constitucional, por Vargas, buscaram atuar e influenciar politicamente através de seus próprios projetos de Estado. Todavia, com o assassinato de Paes, e a ilegalidade e exclusão de qualquer possibilidade de incorporação da AIB ao Estado Novo, a intenção de ambos movimentos frustrou-se no quesito de influenciar no poder.

Diante destes aspectos, estes grupos de intelectuais converteram-se em polos conspiracionistas com objetivos políticos, em vista dos obstáculos ao acesso às instâncias decisórias, sejam contrários à monarquia constitucional e à República liberal, sejam contrários ao modelo oligárquico. Estes movimentos conspiraram, no caso do IL, contra a República liberal de Portugal instituída após o declínio da monarquia constitucional, e contra a ditadura de Vargas, no caso da AIB.

Podemos concluir, portanto, que independente do modelo político e a posição ideológica do governo, os intelectuais políticos podem desempenhar papéis nem sempre

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INTELECTUAL ATRAVÉS DE MOVIMENTOS
EXTREMISTAS DE DIREITA: INTEGRALISMO LUSITANO
E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

consonantes à ordem vigente. Além disso, mesmo em regimes ditatoriais, conforme foi o Portugal de Sidónio Paes ou o Brasil de Getúlio Vargas, os intelectuais de extrema-direita estiveram dispostos ao conflito a partir da sinalização que seus objetivos não seriam atingidos pelos ocupantes do poder. Assim, não estava em jogo somente a suspensão da democracia e do liberalismo, mas reivindicavam, igualmente, pela instalação do projeto de Estado por ele concebido, e em alguns momentos, a redefinição ou radicalização das ditaduras instauradas sem a colaboração dos movimentos.

BIBLIOGRAFIA:

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRONELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fábio. “Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)”. In. *Análise Social*, vol. XLVI (198), 2011, 65-87.

BURKE, Peter. *Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais no Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1990.

CAZETTA, Felipe. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914- 1937)*. Niterói: tese de Doutorado para o Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2016. 440 f.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARLE, Christophe. “Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)”. In. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.

CHARLE, Christophe. *The Birth of the Intellectual: 1880-1900*. New York: Campus, 2004.

COMPAGNON, Olivier. " Le maurrassisme en Amérique latine. Etude comparée des cas argentin et brésilien ". sous la direction d'Olivier Dard et Michel Grunewald. Charles Maurras et l'étranger - L'étranger et Charles Maurras, Peter Lang, pp.283-305, 2009, Convergences. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/395601/filename/Doc_9_-_Maurras.pdf (acesso em 09 dez. 2018)

COSER, Lewis A.. *Hombres de ideas: El punto de vista de un sociólogo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CRUZ, Manuel Braga da. *O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo*. (p. 137-182). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), – 3º-4º-5º. 1983.

DOSSE, François. *La Marcha de las Ideas: Historia de los Intelectuales, Historia Intelectual*. Valencia: Universitat de València, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

MANNHEIM, Karl. *Ideología y Utopia: Introducción a la sociología del conocimiento*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MOURA, Carlos André. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a Política no Recife (1930-1937)*. Recife: dissertação de mestrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PECÁULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), – 3º-4º-5º. 1983.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

POULAT, Emile. "Integralismo". In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

REALE, Miguel. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados*. Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INTELECTUAL ATRAVÉS DE MOVIMENTOS
EXTREMISTAS DE DIREITA: INTEGRALISMO LUSITANO
E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. In. *Obras Completas*. vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. In. *Obras Completas*. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955a.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português; Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas (SP): Editoria da UNICAMP, 2004.

SARDINHA, António. “Madre-Hispania”. In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista*. Lisboa: 3 série, 1924.

SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2 ed. Lisboa: qp, 1978.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio de uma situação histórica.” In. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 1., n. 1. Out. (p. 45-49), 1996.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In. REMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal*.(p.21-57) in. *Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové*, 2006. Disponível em: <http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php>. Acesso em 10 de fev. 2011.

Recebido em: 23 de abril de 2018
Aceito em: 04 de agosto de 2018